

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Bruno Peres/Agência Brasil



Apesar da alta rejeição, Lula lidera no Distrito Federal

O Brasil a partir de Brasília

Embora já tenha sido governado duas vezes pelo PT e uma pelo PSB, o Distrito Federal deu nos últimos tempos uma significativa guinada à direita. Escolheu Jair Bolsonaro para presidente tanto em 2018 quanto em 2022. Tem alguns dos principais representantes do bolsonarismo, como a senadora Damares Alves (Republicanos) e a deputada Bia Kicis (PL). Um governador

que se apresenta à direita, Ibaneis Rocha (MDB), e que lança como sua sucessora sua vice, Celina Leão (PP), também de direita. Apesar de tudo isso, recente pesquisa divulgada pelo Instituto ABC Dados mostra no DF um curioso paradoxo: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lidera as intenções de voto para 2026. Talvez as razões possam se estender para o resto do país.

Rejeição

Os eleitores do DF apontam forte rejeição a Lula. Seu governo é "péssimo" para 56%. Sua desaprovação é de 66%. Sua rejeição como candidato é de 62% (não votariam no atual presidente de jeito nenhum). Mas mesmo assim, é Lula quem lidera no DF a corrida eleitoral.



Reprodução/governador de SP, Tarcísio de Freitas

Somados, os números da oposição venceriam no 1º turno

Ainda aparece na pesquisa na mesma linha de direita o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). E Ciro Gomes (PSDB), que não se declara de direita, mas faz oposição forte hoje a Lula. Toda vez que se questionam os nomes da direita sobre a razão pela qual não se unem na disputa com Lula, a resposta típica é dizer que eles se unirão no 2º turno, porque

nenhum eleitor de algum desses candidatos cogitaria votar no atual presidente. Mas o problema que a pesquisa mostra, no caso do DF, é: se houvesse apenas um candidato, em vez de vários, ele venceria Lula no DF no 1º turno. Sem contar Zema e Ciro, os votos em Tarcísio, Michelle e Caiado somariam 53%. Imagine-se o que acontece em estados menos conservadores.

Governador

Tal divisão pode acabar da mesma forma complicando o jogo na eleição para governador. Celina lidera com 26%. Mas Arruda (que vai se filiar ao PSD) vem na cola com 21%. E Izalci Lucas (PL) tem 9%. Aqui, porém, a divisão complica também o jogo da esquerda e centro-esquerda.

Ibaneis

Mas quem parece hoje ser o maior prejudicado por conta de toda essa divisão é Ibaneis Rocha. Até há pouco tempo, ele imaginava que eleger Celina governadora e se eleger senador em 2026 seria um passeio tranquilo. A pesquisa do ABC Dados mostra que não será.

Esquerda

Leandro Grassi (PT) aparece em terceiro, com 13%. Paula Belmonte (Cidadania) tem 8%. E Ricardo Capelli (PSB) tem 6%. Se esses votos fossem associados, somariam 27%. Estariam à frente de Celina Leão. Divididos, precisarão apostar na divisão também dos adversários.

Quarto

Ibaneis aparece somente em 4º para o Senado. A corrida é liderada por Michelle, com 26%. Bia Kicis tem 23%. Erika Kokay (PT), 14%. Então, aparece Ibaneis com 10%. Empatado com Leila do Vôlei (PDT), também com 10%. O jogo parece ter complicado para o governador do DF.



Proposta do deputado federal Carlos Jordy será pautada na quarta-feira

Prisão federal para condenados por matar policiais na pauta

Projeto será discutido no Plenário do Senado nesta semana

O Plenário do Senado poderá analisar na quarta-feira (3) o projeto de lei que prevê a transferência preferencial para presídios federais de pessoas acusadas ou condenadas por homicídio de policiais e outras autoridades, conforme o PL 5.391/2020.

A proposta, apresentada pelo deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), tramita em regime de urgência. O projeto recebeu parecer favorável do senador Sergio Moro (União-PR).

Segundo o texto, presos provisórios ou já condenados por homicídio de policiais federais, rodoviários, ferroviários, civis, militares ou penais, assim como bombeiros, membros das Forças Armadas, da Força Nacional ou parentes dessas

autoridades até o terceiro grau, deverão ser mantidos prioritariamente em estabelecimentos penais federais.

O projeto ainda estabelece que esses detentos e os reincidentes em crimes cometidos com violência, grave ameaça ou crimes hediondos sejam submetidos ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Nesse regime, as celas são individuais, as visitas ocorrem a cada quinze dias, são monitoradas e sem contato físico, a correspondência é fiscalizada, a saída da cela é limitada a duas horas diárias e as audiências judiciais são realizadas por videoconferência.

Além disso, o parecer de Sergio Moro incluiu uma emenda que determina que todos os presos custodiados em presídios federais partici-

pem de audiências por videoconferência, salvo em casos de impossibilidade técnica. O senador destacou que a medida contribui para reduzir custos, acelerar processos e aumentar a segurança ao evitar deslocamentos de internos.

Poda de árvore

Outro projeto na pauta propõe alterações na Lei de Crimes Ambientais. O PL 542/2022 desriminaliza o corte ou a poda de árvores quando houver risco de acidente e o órgão ambiental não responder ao pedido em até 45 dias.

De acordo com a proposta, o risco deve ser avaliado por profissional habilitado, que também poderá realizar o serviço. O projeto tem parecer favorável de Sergio Moro e será

votado em regime de urgência.

Safristas

Também poderá ser votado o PL 715/2023, que garante que trabalhadores rurais sazonais, conhecidos como safristas, recebam pagamento de contratos temporários sem perder benefícios sociais como o Bolsa Família.

O texto exclui os rendimentos obtidos durante o período de safra do cálculo da renda familiar usado para manutenção dos programas sociais, permitindo que esses trabalhadores aceitem atividades sazonais sem risco de suspensão dos benefícios. O relator da matéria é o senador Jaime Bagatoli (PL-RO).

Com informações da Agência Senado

Relatório da PEC da Segurança pode ser apresentado nesta terça

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Presidente da Câmara, deputado Hugo Motta informou pelas redes sociais

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18 de 2025, iniciativa do governo federal para enfrentar questões de segurança pública, terá seu relatório apresentado esta semana aos líderes partidários.

Em uma postagem nas redes sociais, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou que o relator da PEC, deputado Mendonça Filho (União-PE), apresentará seu parecer na terça-feira (2). No mesmo dia, está prevista uma reunião de líderes para discutir a pauta da semana.

Segundo Motta, a intenção é que o texto do relator seja votado na comissão especial na quinta-feira (4). O presidente da Câmara afirmou que deseja levar a PEC da Segurança Pública à votação em plenário ainda este ano.

Entenda

A PEC 18 de 2025 enfrenta resistências no Parlamento e de governadores, principalmente em relação ao dispositivo que atribui à União a elaboração do plano nacional de segurança pública, que

deverá ser seguido pelos estados e pelo Distrito Federal.

Especialistas consideram a PEC tímida, defendendo reformas mais profundas no setor de segurança pública, embora reconheçam que a proposta do Executivo representa um primeiro passo para alterar a situação atual.

O texto estabelece que a União será responsável por

formular a política nacional de segurança pública, cujas diretrizes deverão ser observadas obrigatoriamente pelos entes federados, com a participação do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, composto por representantes

Outras pautas

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), aguarda para esta semana o envio, pelo Poder Executivo, da mensagem que indica o advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação foi anunciada em 20 de novembro e publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte.

A sabatina de Jorge Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está marcada para o dia 10 de dezembro. O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), informou que a leitura da mensagem ocorrerá na quarta-feira (3), com vista coletiva. O senador Weverton (PDT-MA) será o relator da indicação. A votação em plenário pode ocorrer também no dia 10.

*Com informações da Agência Câmara e Agência Senado